

Ass. Constituinte

# Senado propõe formar a Grande Comissão para elaborar a Carta

BRASÍLIA Uma proposta de Regimento Interno para a Constituinte, elaborada pela assessoria do Senado, seguindo os ritos da Constituinte de 1946, prevê a eleição de uma Grande Comissão destinada a preparar um projeto de Constituição a ser apresentado ao plenário, para recebimento de emendas e posterior votação. Os prazos estipulados para as várias etapas do processo permitem que os trabalhos constituintes estejam concluídos em quatro meses. Estas informações foram prestadas pelo Deputado João Gilberto (PMDB-RS), que examinou as sugestões da assessoria do Senado.

Segundo o Deputado, a proposta estabelece que a Grande Comissão terá representantes de todas as bancadas que tenham acima de nove parlamentares. A cada nove parlamentares, a bancada terá direito a um membro na Comissão. Esta proposta exclui, portanto, a participação dos partidos comunistas, entre outros, na formulação de um projeto de Constituição, e garante a presença do PMDB, PFL, PDS e PT.

Pela sugestão da assessoria, a Comissão, concluído o projeto, apresenta sua proposição ao plenário, que



João Gilberero exclui os pequenos

deverá aceitá-la ou não para tramitação. Há então um prazo para a apresentação de emendas, que serão examinadas também pela Grande Comissão. Depois disso, o projeto, com as emendas, voltará ao plenário.

João Gilberto considera importante o fato de a assessoria ter imaginado a eleição de uma Grande Comissão, mas acha que as emendas

deveriam ser apreciadas por pequenas comissões formadas para cuidar de cada um dos capítulos da Constituição. Nessas pequenas comissões, então, a sociedade poderia ser ouvida sobre os pontos em discussão,

através da promoção de debates, seminários, painéis. Após essa etapa, o projeto e as emendas iriam a plenário, que votaria artigo por artigo. O texto aprovado pelo plenário iria então para a Grande Comissão, que daria a redação final, e esta última forma seria votada em plenário em dois turnos.

Segundo João Gilberto, há também uma proposta de Regimento Interno elaborada pela assessoria da Câmara. Além disso, por designação do Presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, alguns Deputados, como Prisco Viana (PMDB-BA) e Euclides Scalco (PMDB-PR), estão estudando o assunto. Para orientação na elaboração do Regimento da próxima Assembléia, os constituintes poderão contar ainda com um trabalho feito pela Diretora do Arquivo do Senado, Sará Figueiredo, comparando todos os Regimentos desde o Império.

## Frente de pecuaristas quer influir na Constituição

SÃO PAULO — Pela primeira vez na história política do País a agropecuária, de forma organizada e uniforme, influirá junto ao Congresso Nacional, de modo a levar os constituintes a definirem uma política agrícola, de médio e longo prazo. Essa é a linha de ação que pretende seguir a Frente Agropecuária, segundo o Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB), Flávio Telles de Menezes, que diz esperar, com a implementação de uma política agropecuária, um aumento na produção agrícola do Brasil. A Frente Agropecuária, segundo Telles de Menezes, também lutará para que os deputados assegurem na Constituição "o sagrado direito de propriedade".

A Frente Agropecuária, segundo o Presidente da SRB, tem espaço tanto para a esquerda — caso da Federação dos Trabalhadores Rurais, que defende os interesses dos pequenos proprietários —, como para a direita, representada pela UDR, entidade que reúne os grandes proprietários rurais e pecuaristas do país. Telles de Menezes disse que a agropecuária estará fortemente representada na



Menezes, a influência do campo

Constituinte, já que dezenas de parlamentares de vários partidos, eleitos em diversos Estados, foram apoiados pelos produtores porque assinaram cartas de compromissos em defesa dos interesses da lavoura".

— Poderia dizer que de certa forma teremos um bloco parlamentar rural na Constituinte que certamente influenciará deputados e senadores a elaborarem leis que garantam uma política agrícola definida para o País, assegurando crédito rural e reduzindo a excessiva carga tributária que pesa sobre o setor.

O Presidente da SRB desmentiu, porém, a existência de uma divisão entre os produtores, representada pela UDR, em relação a uma estratégia de atuação junto ao Congresso Nacional.

— A liderança assumida hoje pela UDR em algumas áreas da agropecuária, principalmente entre os pecuaristas, não significa que essa entidade não estará junto com as demais organizações do setor na defesa, de nossos interesses comuns — garantiu Flávio Telles de Menezes.

Ele reconheceu, porém, que o rápido crescimento da UDR foi consequência de uma reação dos proprietários rurais contra as desapropriações de terras produtivas efetuadas pelo Incra, dentro de seu projeto de Reforma Agrária. Ou seja, os erros do Governo fomentaram o crescimento de uma linha mais dura de atuação no campo.

— Isto porque, na medida em que existiam forças que colocavam contra a parede o proprietário rural era natural uma reação em sentido oposto. Isso explica a grande influência que a UDR tem hoje entre os agropecuaristas — analisou o Telles de Menezes.